

A BUSCA DA HEGEMONIA AMERICANA 3.0 E A ASCENSÃO CHINESA: ENTRE A TRANSNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL E A VOLTA DO CONFLITO INTERESTATAL

THE SEARCH FOR AMERICAN HEGEMONY 3.0 AND THE CHINA'S RISE. BETWEEN THE TRANSNATIONALIZATION OF CAPITAL AND THE RETURN OF THE INTERSTATE CONFLICT

LA BÚSQUEDA DE LA HEGEMONIA AMERICANA 3.0 Y LA ASCENCION DE CHINA. ENTRE LA TRANSNACIONALIZACIÓN DEL CAPITAL Y LA VUELTA DEL INTERSTATE CONFLICT

Dr. Giorgio Romano Schutte

Professor de Relações Internacionais e Economia da Universidade Federal do ABC (UFABC). Membro do corpo docente dos programas de pós-graduação de Economia Política Mundial (EPM) e de Relações Internacionais (PRI). Apoio da Capes. Bolsa Produtividade CNPq.

Resumo: Os Estados Unidos enfrentaram com êxito, no início da década de 1980, a crise do modelo de hegemonia construído no pós-guerra, gerando uma *hegemonia 2.0*. A partir da primeira década de 2000 enfrentam um desafio similar. Ao mesmo tempo a China iniciou um processo de expansão, no intuito de superar sua posição de coadjuvante do capitalismo estadunidense. Uma China mais autônoma e assertiva começou a disputar o controle de tecnologia, desenvolver marcas e conquistar mercados para ela mesma organizar e centralizar cadeias globais de valor, subir na hierarquia da divisão internacional de trabalho e se apropriar de uma parcela maior do valor adicionado. A disputa se concentra no domínio da nova revolução tecnológica, conhecida como Indústria 4.0, que envolve a concorrência entre oligopólios e a disputa entre países mais avançados. A rivalidade interestatal se mistura com a concorrência oligopolista.

Na leitura de Panitch e Gindin, os EUA continuariam firmes no comando do sistema capitalista global, e a China estaria estruturalmente condenada a seguir o caminho do Japão na década de 1980. Há, porém, uma grande diferença entre o Japão e a China: a vontade de ser potência não para criar uma nova ordem mundial, mas para garantir a continuidade do processo de crescimento e desenvolvimento

chinês, condição *sine qua non* para manter a dominação do Partido Comunista Chinês.

Palavras-chave: Hegemonia dos EUA; rivalidade interestatal; ascensão chinesa; concorrência oligopolista; quarta revolução industrial.

Abstract: The United States were successful in confronting the crisis of its hegemonic model created in the postwar area and gave birth to a *hegemony 2.0*. Since the first decade of the 21 Century they are facing a similar challenge. At the same time, China initiated a process of expansionism trying to overcome their support position of American capitalism. China, by now more autonomous and assertive, started to dispute the control over technology, developing its own brands, conquer markets trying to organize and centralize their own global value chains. By this China intends to occupy a stronger position in the international division of labor and appropriate a bigger part of the value added. The dispute is concentrated around the control of the new technological revolution, known as Industry 4.0 and involves competition between oligopolies and between advanced countries. Interstate rivalry is mixed with oligopolistic competition.

In the understanding of Panitch and Gindin the US will continue strongly in command of the global capitalist system and China would be condemned in a structural way to end up like Japan in the 1980tees. There is, however, a big difference between Japan and China: the will to be a power, not to create a new world order, but too be able to give continuity to its growth and development process. This is fundamental to guarantee the maintenance of the Chinese Communist Party rule.

Key-words: US hegemony; interstate rivalry; China's rise; oligopolistic competition; fourth industrial revolution.

1. Introdução

Na segunda década do século XXI, o mundo assiste à determinação dos EUA de reorganizar sua hegemonia com impactos sobre os demais membros do sistema internacional. De outro lado, o surgimento da China, não mais somente como potência econômica e fábrica do mundo, mas agora também com força e vontade para disputar a liderança tecnológica e consolidar-se como força militar.

A rivalidade interestatal se mistura com a concorrência oligopolista. Os governos estão conscientes de que sua posição na hierarquia do sistema interestatal depende, em última instância, da sua base industrial-tecnológica. A realidade esvaziou a tese de um capitalismo transnacionalizado e desterritorializado, no qual a interdependência e as cadeias globais integradas teriam superado a rivalidade entre estados nacionais.

Houve, após a crise de 2008, um movimento forte de expansão do capitalismo de Estado chinês se tornando exportador líquido de capital entre 2014 e 2015, com um processo de aquisições e fusões, não somente para garantir o fornecimento de alimentos e energia, mas também para controlar ativos tecnológicos. Os EUA, em particular no governo Trump, tentam estancar essa ascensão chinesa, dificultando a vida dos oligopólios chineses, como o caso da Huawei, e, ao mesmo tempo, implementar um conjunto de políticas para fortalecer as suas multinacionais. Essa estratégia se configura como um exemplo de “chutar a escada”, na terminologia usada por Chang (2003). Essa perspectiva também chegou à Europa, prensada entre a tentativa dos EUA de enquadrar seus aliados como parte da reorganização da sua hegemonia, a expansão chinesa e os desafios colocados pela força militar russa, além das forças centrífugas internas (ex. Brexit). O anúncio, em fevereiro 2019, da nova estratégia industrial 2030 por parte da Alemanha, com viés neomercantilista, é um exemplo (ALTMAEIR, 2019).

Este ensaio pretende abordar em particular a rivalidade EUA-China no contexto dessa busca de uma reorganização da hegemonia por parte dos EUA e a ascensão chinesa de outro lado, dialogando em particular com a abordagem do Pantich e Gindin (2013) a respeito da integração da China ao capitalismo global. A tese central desses autores é que a China estaria

estruturalmente condenada a seguir o caminho do Japão na década de 1980.

O ensaio é dividido em seis seções, incluindo a introdução. Apresentaremos, na segunda seção, uma breve análise da organização da hegemonia dos EUA no pós guerra e o papel duas suas empresas multinacionais, a construção do que chamamos de *hegemonia 2.0* no início da década de 1980, seu enfraquecimento na década de 2000 e, na terceira seção, uma análise da busca de uma *hegemonia 3.0* a partir da crise financeira de 2008, sobretudo no governo Donald Trump, que iniciou em 2017. Em seguida, na quarta seção, colocamos a perspectiva chinesa, sobretudo na era de Xi Jinping, que assumiu a presidência em 2013. Na quinta seção será feita uma breve recuperação do antigo debate sobre a relação entre rivalidade interestatal e internacionalização do capital, concluindo, na sexta seção, com considerações finais.

2. Expansão do capitalismo americano, crise e retomada da hegemonia

A expansão global do capitalismo americano no período pós-Segunda Guerra Mundial tinha as empresas multinacionais como um de seus elementos constitutivos, do lado de seu poder militar. Foi por meio de seus investimentos que se integrou a reconstrução da Europa ocidental ao processo de acumulação estadunidense em uma estratégia que Van der Pijl (2012, p. 138) chamou de “*ofensiva Marshall*”. Com outra abordagem, Serven-Schreiber (1971) também havia identificado os investimentos das empresas americanas como atores da dominação não só econômica, mas também política e cultural dos EUA sobre a Europa.

Essa hegemonia do capitalismo americano entrou em crise a partir do final da década de 1970, diante das conquistas dos trabalhadores nos países centrais, do avanço das forças autônomas a partir de estados nacionais em países em desenvolvimento e do acirramento da concorrência intercapitalista, em particular com a ascensão econômica do Japão e da Alemanha. Van der Pijl (1988) analisou esta rivalidade interestatal nos

termos do desafio da ascensão, potencial ou real, de “Estado contendedor” para a hegemonia do “Centro lockiano”, o capitalismo anglo-saxão.

Tavares (1997, p. 29) enfatizou como elemento central da capacidade dos EUA de recuperar sua hegemonia - que ela chamou de “vitória político-ideológica” -:

...o reenquadramento por parte do governo americano do movimento policêntrico que vinha tendo lugar a partir da transnacionalização dos capitais de origem norte-americana.

Em particular, os EUA conseguiram “submeter a economia privada japonesa ao seu jogo de interesses” (idem, p. 30)

A partir de meados da década de 1980, consolidou-se assim, sob a liderança dos governos neoliberais em Washington (Ronald Reagan) e Londres (Margaret Thatcher), a reorganização do capitalismo global liderada pela expansão das finanças, a ofensiva do dólar forte, mas também por um crescimento expressivo dos Investimentos Externos Diretos (IED) e a terceira revolução industrial-tecnológica, ligada a uma nova expansão do poder militar. Em termos quantitativos, os IED superaram as taxas já expressivas de crescimento do comércio internacional. Entre 1990 e 2016, o PIB Mundial cresceu 77,8%, contra um aumento de 156% das exportações totais, de 372% no fluxo de IED e de 308,5% das vendas totais das filiais das multinacionais no mesmo período (UNCTAD, 2017). É essa lógica que explica que as vendas das filias das multinacionais estadunidenses na China começaram a superar as exportações para a China a partir dos próprios EUA, como já era o caso desde a década de 1960 na Europa Ocidental. Esses dados corroboram a tese de uma aceleração do processo de internacionalização puxado pelos IED. Há de se considerar ainda que não estão computados nesses dados os fluxos comerciais a partir de empresas subcontratadas. Nesse mesmo período, o percentual de fusões e aquisições internacionais sobre o total de IED aumentou de 40% para 60%, indicando o processo de centralização de capital como outra característica desse movimento. Nas palavras de Marx (2009, p. 876): “expropriação de capitalistas por capitalistas”. A questão é saber se este processo de

transnacionalização do capital tomaria a forma e força para superar a rivalidade entre capitalismo nacionais.

2.1 Hegemonia americana 2.0

A ideologia neoliberal que ganhou força a partir de meados da década de 1980 veio, entre outras coisas, sustentar uma hegemonia do capital internacional, tanto na sua esfera financeira, quanto na produtiva, em detrimento do protagonismo e da capacidade de regulação dos estados nacionais. Com a formação de cadeias internacionais de produção, mais tarde rebatizadas *cadeias globais de valor*, os grandes oligopólios estabeleceram uma rede de dependências entre bases produtivas regionalmente dispersas, mas controladas firmemente nos centros do capitalismo global, em particular nos EUA (STURGEON e GEREFFI, 2009). A produção globalizada exigiria a maior liberdade possível para fluxos financeiros e comerciais, ou seja, abertura de contas de capitais e abertura comercial, além de abrir os espaços ocupados por empresas estatais por meio de processos de privatização.

Os capitais se tornariam cada vez mais transnacionais, deslocados da sua base nacional e interagindo com várias autoridades nos diversos territórios nos quais operam. A esfera econômica já teria superado o âmbito e as especificidades da esfera dos estados nacionais. As pactuações nacionais entre capital e trabalho e a regulação estatal, cada vez mais esvaziadas, deveriam ser substituídas por um ordenamento global de regras para garantir a estabilidade e a expansão das finanças e produção no estilo A política econômica dos governos nacionais (e locais) deveria estar voltada para facilitar e atrair esses fluxos de capitais e garantir um local nessas cadeias globais, sob pena de ficar para trás. Todo o sistema era baseado na nova *hegemonia 2.0* dos EUA, centro deste capitalismo global, e tinha de forma implícita a reprodução de uma ordem hierárquica entre países e um processo de concentração de riqueza. Pode-se afirmar que o governo Ronald Reagan superou a crise da hegemonia e construiu os fundamentos da *hegemonia 2.0*, o governo Bush (1991) declarou “*a new world order, where diverse nations are drawn together in common cause to achieve the universal aspirations of mankind*”. E o governo Bill Clinton se esforçou para criar a

infraestrutura institucional no âmbito global necessária para a consolidação da *hegemonia 2.0*. Exemplos são a OMC e os novos acordos de comércio (ex. Nafta), que abrangem questões como propriedade intelectual e proteção a IED, e também o novo papel da OTAN.

2.1.1 Hegemonia 2.0: uma oportunidade para a China

No processo de reorganização da hegemonia americana a reincorporação da China ao capitalismo global teve um papel relevante. A reaproximação China-EUA, no início da década de 1970, com Nixon e Kissinger tinha sido, por parte dos EUA muito mais estratégica, no sentido de criar uma nova política para a Ásia continental com o objetivo de superar o trauma do Vietnã de um lado e isolar a União-Soviética do outro. Mas a consolidação desta política no governo Jimmy Carter, em 1979, com o acordo de normalização das relações, coincidiu com a abertura do Deng Xiaoping. E na perspectiva de Zhu Enlai havia, sem dúvida, a noção de que a reaproximação com os EUA deveria servir aos interesses do desenvolvimento chinês. A abertura de Deng Xiaoping, a partir de 1979, focava na atração dos Investimentos Externos Diretos (IED) com capitais da diáspora chinesa e, em seguida, das empresas transnacionais dos países centrais (ARRIGHI, 2008).

Desta forma a China se tornou gradualmente uma nova fronteira de expansão do capitalismo americano. O crescimento da participação chinesa na economia mundial a partir da década de 1980, mas, sobretudo, a partir de 2000, com a entrada na Organização Mundial de Comércio (OMC), tinha se dado em uma relação complementar à economia norte-americana. A abertura para as multinacionais que puderam aproveitar a mão de obra barata para exportar teve um efeito deflacionário dos produtos industrializados. Isso aumentava o poder de compra dos trabalhadores americanos, mesmo se estes perdessem sua participação na renda nacional. Ao mesmo tempo, as reservas chinesas em dólar acumuladas com a capacidade exportadora e a entrada de IED financiavam o endividamento do *hegemon*. (PANITCH e GINDIN, 2013b). Esse controle hierarquizado garantiu

uma apropriação dos lucros de forma concentrada na cadeia global de valor. O exemplo clássico é a produção global de um iPhone, que, quando custava US\$ 300 para o consumidor nos EUA, deixava somente 1,8% desse valor para remunerar a produção final na China (idem, p. 288). Nesse sentido, seria possível falar em uma integração subalterna da China às cadeias globais de valor, por depender da tecnologia, mercados e marcas controlados pelas transnacionais dos países centrais e ter de operar em dólar. Mas, é importante enfatizar que para a China essa parte menor que lhe restava possibilitava um crescimento expressivo e uma transformação da sociedade de predominantemente agrária subdesenvolvida para uma realidade predominantemente industrial em rápido desenvolvimento. Nesse sentido, embora desigual, havia um ganho claro para a China.

A atração dos IED era considerada um fator crucial para modernizar a economia chinesa (NAUGHTON, 2007). Outro elemento era um conjunto de políticas econômicas de estímulo para que as empresas chinesas pudessem aproveitar os investimentos das multinacionais dos países do capitalismo avançado para entrar em uma trajetória de incorporação de tecnologias e aumento da produtividade (FLASSBECK, 2005).

A estratégia dos EUA, sobretudo no final da década de 1990, era promover o mais rápido possível uma integração da China às estruturas da governança global. Freeman, ex-vice-ministro da Defesa dos EUA, apresentou na conferência de Bilderberg, em Toronto, em 1996, um paper com o título *“Let China awake and join the World”*. A aposta era que o crescimento da China pudesse reforçar o sistema liberal internacional e seria possível evitar tensões (VAN DER PIJL, 2006, p.303).

A crise asiática 1997/1998 foi um marco importante no processo de incorporação da China ao capitalismo global. Ela significou a substituição de uma dinâmica dominada pela Guerra Fria para a consolidação de uma nova lógica em torno do crescimento da economia chinesa. E mais, o próprio crescimento chinês pode ser visto como a causa profunda da crise, embora a movimentação do capital especulativo fosse o estopim e a face mais visível. Nas palavras do Van der Pijl (idem, p. 315):

The underlying movement of production away from the Japanese-centered Asian economies to China and the overproduction crises due to the deflationary effect of China's low wage export strategy must be considered the more fundamental causes of the Asian crises.

O crescimento da China desmontou a lógica da organização regional da produção dominada pelo capital japonês. Mas a China, ao contrário do Japão e da Coreia do Sul, havia se aberto ao capital transnacional, de modo que ocupou um papel central na reorganização das economias asiáticas, mas não assumiu (ainda) a nova divisão de trabalho regional, como o Japão fizera anteriormente. Para o Japão, o crescente descontentamento contra a imposição dos interesses dos EUA se transformou em preocupação com a China, mas para os próprios EUA esse reposicionamento da China na divisão de trabalho regional representava ainda somente oportunidades e nenhuma ameaça.

Arrighi (2007), seguindo a abordagem do Frank (1998), defendeu que a integração da China ao capitalismo global iria reorientar estruturalmente o capitalismo. Panitch&Gindin (2012) afirmaram que o desenvolvimento do capitalismo na China afetou, sim, de forma dramática, as atividades econômicas no mundo inteiro, mas defenderam que isso se tenha dado sob comando do capital estadunidense. Esta afirmação parece adequada para caracterizar a posição chinesa nesta fase.

3. A busca da hegemonia 3.0

A queda das torres gêmeas em setembro 2001 e a queda do *Lehman Brothers* em setembro 2008 testaram a capacidade dos EUA de reproduzir sua hegemonia. As fragilidades que viraram à tona provocaram a busca de reorganização do capitalismo global para evitar o caminho da decadência. Embora de longe a maior potência militar, o país entrou em uma guerra no Afeganistão para derrubar os Talibãs, a qual, 18 anos depois, em 2018, já era a mais longa guerra na sua história, com um gasto oficial de cerca de US\$ 1 trilhão e cálculos independentes até superiores (CROWFORD, 2018). E a única forma de os EUA se retiraram deixando o país com uma

perspectiva de estabilidade por meio de uma negociação com os próprios Talibãs, que ficariam com o controle de boa parte do país. No caso do Iraque, a invasão em 2003, igualmente custosa, provocou tamanha desestabilização que deu origem ao Estado Islâmico e, sobretudo, gerou uma influência real e duradora do Irã no Iraque e na Síria, algo que os EUA sempre quiseram evitar. Na esfera econômica, embora o dólar siga firme como a moeda que comanda a economia mundial, a financeirização, característica da *hegemonia 2.0*, provocou um deslocamento da esfera financeira da economia real gerando uma lógica especulativa que estourou com a crise de 2008, simbolizada pela queda de Lehman Brothers, em 15 de setembro de 2008. O FED e os demais bancos centrais montaram uma linha de defesa comprando os títulos podres e empurraram o ajuste fiscal para a população. Assim, dados do *Financial Stability Board* (FSB, 2017) referentes a seus 29 membros mostram que a compra dos chamados títulos podres para sanar os bancos tinham gerado um passivo total nas mãos dos bancos centrais de US\$ 24,2 trilhões. O caminho para um novo ciclo de acumulação passa por investimentos na 4ª Revolução industrial, conhecida também pela *Indústria 4.0*, nome do programa alemão, lançado em 2011, que prevê, entre outros, robotização em larga escala, plataformização da cadeia produção-distribuição-consumo e aplicação da Inteligência Artificial nas mais diversos setores. A disputa pelo domínio dessas tecnologias é ao mesmo tempo uma disputa entre oligopólios e entre países mais avançados.

A expansão chinesa é um elemento central nas transformações geopolíticas e geoeconômicas pelas quais o mundo está passando, com tendências contraditórias e indefinições. A crise de 2009 evidenciou a força econômica e política chinesa, mas não resultou, como era pensado em um primeiro momento após a queda do Lehman Brothers, em fragmentação da economia global. O que houve foi o fim do dinamismo da globalização do comércio, produção e finanças (Unctad, 2018) e, junto com isso, o esvaziamento do que pode ser chamado de *consensus* em torno da

globalização¹ (BIELING, 2019), ou conforme argumentado acima, a crise do modelo de *hegemonia 2.0*.

O governo Donald Trump deve ser entendido, portanto, muito mais como expressão dessa busca de novas formas para manter sua dominação do que causa de instabilidades. Seria um processo parecido com o surgimento de Reagan em resposta ao declínio da hegemonia americana no final da década de 1970. Não é a toa que a campanha do Trump em 2016 reproduziu vários slogans da campanha do Reagan em 1980, em particular “*Make America Great Again*” e “*America First*”.

A proposta de Trump era diferente da de Hilary Clinton que tinha afirmado, já em 2009, em um depoimento na comissão de Relações Exteriores do Senado que: “*America cannot solve the most pressing problems on our own, and the world cannot solve them without America*”. O que vai na linha do intelectual orgânico dos Democratas, Nye (2011), que sustentou que o problema dos EUA não seria o declínio do poder, mas não entender que mesmo o país mais poderoso do mundo não seria capaz de atingir seus objetivos sem a cooperação. O objetivo é o mesmo: reproduzir a hegemonia dos EUA. Trump, ao contrário, considerava essa abordagem derrotista e insistiu na força militar, econômica e política dos EUA com capacidade de enquadrar os aliados e adversários, de preferência por meio de negociações duras, ou se for preciso sanções econômicas, deixando a porta aberta para “*all means necessary*”.

O que começou a prevalecer em Washington é que a transnacionalização do capital produtivo e das finanças em si não garante a reprodução da hegemonia americana e que os oligopólios internacionais por si não defendem necessariamente os interesses estratégicos dos EUA. No fundo havia aqui o eco da reflexão do GILPIN (1975) que problematizava o credo dominante na época de que a expansão dos interesses dos oligopólios americanos seria por definição e sempre no interesse nacional dos EUA. Ele alertava que isso poderia diminuir a base industrial-tecnológica fazendo

¹“*Globalisierungskonsens*”

referência à Holanda e ao Reino Unido, que, no auge das suas respectivas hegemonias, teriam cometido o erro de negligenciar a base produtiva interna. Além disso, argumentava que os governos dos países receptores dos investimentos poderiam forçar as multinacionais americanas a servir seus interesses, justamente o que Trump, e as autoridades europeias, sustentam quando acusam a China de exigir uma suposta *forced technology transfer*². Ou seja, seria preciso redisciplinar o capital da mesma forma como se tornaria necessário redisciplinar os aliados. Capitalismo sim, sem dúvida, mas um capitalismo estadunidense e não um capitalismo transnacional.

Nesse contexto, o governo Trump lançou, no final de 2018, a guerra comercial, para tentar enquadrar não somente a China, mas também a União Europeia, e, sobretudo, a Alemanha. Um exemplo é o caso da Huawei, empresa líder mundial na fabricação de equipamentos de telecomunicações e em particular da tecnologia 5G, que é fundamental para criar a infraestrutura para a indústria 4.0. Os aliados tradicionais dos EUA estão sob intensa pressão para excluir a Huawei dos contratos para futuras redes 5G, supostamente por conta do potencial uso dos equipamentos para espionagem ou até ataque cibernéticos. A aliança *Five Eyes* (Austrália, Reino Unido, Nova Zelândia, Canadá, além dos EUA) barraram a participação da empresa a pedido dos Estados Unidos, enquanto a Comissão Europeia decidiu, em março de 2019, deixar para cada país do bloco decidir se quer banir alguma empresa, inclusive porque vários já estavam em fase de preparação de licitações para construção de rede 5G, entre as quais a Alemanha (European Commission, 2019).

Mas o problema vai além da balança comercial e é muito mais de ordem geoeconômica e geopolítica. É um conflito pela hegemonia (TOOZE, 2018). O governo Obama já tinha tentado barrar o avanço da influência

² Termo usado, por exemplo, na declaração conjunta dos EUA e a União Europeia publicada em 25 de julho de 2018 após encontro dos Presidente Donald Trump e Jean- Claude Juncker. São mencionados também: “*intellectual property theft, industrial subsidies, distortions created by state owned enterprises, and overcapacity*”. Disponível em: http://europa.eu/rapid/press-release_STATEMENT-18-4687_en.htm

chinesa com outros meios, em particular o *TransPacific Partnership*, a intensificação da presença diplomática e miliar na Ásia Oriental.

4. A China como ameaça

Uma das questões mais discutidas nas relações internacionais é se o crescimento da China será pacífico ou de confronto. E, sobretudo, as consequências políticas disso. De um lado, vislumbra-se um aumento de conflitos e, de outro, a possibilidade de uma integração harmoniosa da China fortalecendo a ordem global existente. A primeira posição é defendida pelo realismo ofensivo e as teorias sobre a transição de poder (MEARSHMEIMER, 2001; KISSINGER, 2011). O crescimento de um novo poder, no caso a China, em relação ao poder hegemônico, os EUA, geraria, em algum momento insatisfação com o status quo e provocaria um alto potencial de conflito e guerra (KAPLAN, 2005, PILLSBURY, 2016). E, de outro lado, a perspectiva de um crescimento pacífico, com vários argumentos. Primeiro, a interdependência econômica entre a China e as economias capitalistas ocidentais. Ou seja, um conflito causaria danos a ambas as partes (IKENBERRY, 2008; LIANG, 2007). Por meio de uma abordagem construtivista chegou-se a uma mesma conclusão, apontando para uma convergência de comportamento e internalização das normas e práticas globais que garantiriam essa convivência pacífica (KENT, 2007).

Nesse debate queremos chamar a atenção para a posição do Panitch e Gindin (2013), que insistem no que eles caracterizam como “*centrality of the American empire to capitalist globalization*” (PANITCH e GINDIN, 2013, p. 147). As redes de produção transnacionais e as finanças globais gravitam em torno do poder político-militar dos EUA. Restaria para a China nada mais que “*...duplicating Japan’s supplemental role in terms of providing the steady inflow of funds needed to sustain the US’s primary place in global capitalism*” (idem, p. 146). Ou seja, de acordo com estes autores, a posição que a China começou a ocupar durante o auge da hegemonia americana 2.0 seria o teto da sua ascensão.

Outra abordagem seria olhar a estrutura econômica e política interna como fator determinante para a análise da estratégia de inserção

internacional (NOLKE, 2015). Nessa perspectiva, são enfatizadas as características do sino-capitalismo, o papel do Estado para garantir a acumulação do capital e, a partir daí, as oportunidades e limites de uma estratégia de expansão internacional (MCNALLY, 2012). Seguindo este caminho, pretendemos, em seguida, mostrar que houve uma alteração importante na posição e na projeção da China.

As elites políticas japoneses, na década de 1980, não assumiram uma vontade de ocupar um espaço maior que pudesse incomodar os EUA, e a Alemanha muito menos. Embora, no caso do Japão, tenham surgido atritos econômicos que se acirraram na década de 1980, estes nunca se tornaram políticos. Com direito a espernear, mas sem resistência, os governos Ronald Reagan e Jimmy Carter deixaram claro que não iriam dividir o controle da economia mundial com o Japão, se opuseram à formação de um bloco econômico do iene e coloram freios ao crescimento daquele país³.

No caso da China pós-crise 2008, há claras evidências de que nesse aspecto houve uma mudança de postura e atitude por parte da liderança chinesa, em particular do presidente Xi Jinping (JIECHI, 2017). Ou seja, não é a força relativa ou absoluta dos EUA, mas o que Weber (1999) caracterizava como “vontade de potência” que faz a diferença. E esta vontade está diretamente relacionada às características do sino-capitalismo e à determinação por parte do Partido Comunista Chinês (PCC) de se manter no poder na China, que só é comparável com a determinação dos EUA de se manter no comando do capitalismo global.

4.1 Subindo a escada

Enquanto a queda do Lehmon Brothers mostrou os limites da manutenção da hegemonia dos EUA, ela também evidenciou a força relativa que a economia chinesa havia ganhado. A superação da crise dependeria, em grande medida, da capacidade da economia chinesa de manter seu

³ Lembrando em particular as negociações do Hotel Plaza, no âmbito do G-5, em 1985, visando à valorização do yen e aos acordos de restrições voluntárias à exportação impostos unilateralmente pelos EUA.

dinamismo. A contribuição da China para superar a crise financeira global não estava somente baseada em sua capacidade produtiva e exportadora. A transformação do G-7 em G-20 significava um reconhecimento do papel daquele país na garantia da governança do sistema econômico internacional.

Começou a surgir um novo pensamento na liderança chinesa. Uma China mais autônoma e assertiva precisaria, e poderia, disputar o controle de tecnologia, desenvolver suas próprias marcas e controlar mercados para ela mesma organizar e centralizar cadeias globais de valor, subir na hierarquia da divisão internacional de trabalho e se apropriar de uma parcela maior do valor adicionado. Ou seja, na era Xi Jinping, os fluxos de IED chineses articulados com os financiamentos internacionais – como no caso do *Belt and Road Initiative* (BRI) - tendem a ganhar importância estratégica no contexto de uma nova visão geoeconômica e geopolítica que pretende gerar outras dinâmicas de acumulação de capital a partir de investimentos e financiamentos chineses que disputam os espaços na economia internacional, comprando ativos voltados para o controle de mercados, tecnologias e marcas, tanto nos países centrais quanto nos emergentes.

Após a crise global de 2008, e, sobretudo, a partir da ascensão do Xi Jinping à presidência, em 2013, começou a ser delineada uma nova política econômica, conhecida como o *New Normal*. É mais comum referir-se ao *New Normal* somente em termos de busca de um novo modelo de crescimento interno, com maior prioridade para os setores de consumo, em detrimento dos investimentos pesados, característica da fase anterior. Um desenvolvimento com mais ênfase no meio ambiente, no contexto de manutenção do foco no *comprehensive development*, em vez de meramente crescimento econômico. Há, porém, outro pilar dessa nova política, que aponta para a busca de uma inserção internacional mais ativa. Em 2014, considerando a totalidade da conta de capitais, a China se tornou, pela primeira vez, um exportador líquido de capitais⁴ e, em 2016, o fluxo de IED para fora superou as entradas dos investimentos produtivos.

⁴ Disponível em : <<https://data.worldbank.org/indicador/BN.TRF.KOGT.CD?locations=CN>>

A nova ofensiva chinesa se expressa, por exemplo, como o já mencionado BRI. Esta proposta foi anunciada pelo presidente Xi Jinping em 2013 e pretende envolver cerca de sessenta países. Disponibilizaria grande volume de recursos para projetos de desenvolvimento da infraestrutura regional da Ásia oriental, passando pela Ásia central até a Europa. Em sua análise do significado da iniciativa, Ze (2014) enfatiza ainda que se trata de uma mudança qualitativa em relação à estratégia anterior de *going out*. Ela não somente é maior, mas também mais abrangente. Outro exemplo foi o lançamento do programa *Made in China 2025*, por meio do qual o país se projeta na liderança de um conjunto de dez tecnologias de ponta.

Neste processo, tende a entrar em disputa com os demais países estabelecidos no tabuleiro geoeconômico e geopolítico, além, dos EUA. “As relações da China com o restante do mundo são redefinidas, desencadeiam um processo de transição internacional ou uma reconfiguração da ordem mundial”. (CINTRA/PINTO, 2017)

Peng⁵ (2014) caracterizou o período de 1979 até 2009 como sendo de “*rise of China Economy*”⁶. E, do ponto de vista de sua inserção, Peng definiu a China como “*Asian pacific power with global reach*”. Ou seja, nessa leitura, a China não se enxergava e não se apresentava como “*global power*”. A nova fase, liderada por Xi Jinping, seria a era de “*comprehensive rise to strong power*”. Qingyun (2014) mencionou, nesse sentido, explicitamente, o uso das reservas internacionais para aumentar os Investimentos Externos Diretos e, em particular, internacionalizar os bancos chineses (uso de reservas para constituir capital inicial)⁷.

⁵ O Prof. Yuang Peng era vice-presidente do *Chinese Institutes for Contemporary International Relations* (CICIR), o mais renomado think-tank sobre Relações Internacionais do governo nacional e, portanto, podemos analisar essa leitura como uma contribuição oficial à nova narrativa da China.

⁶ Nessa leitura, a era Deng seria o terceiro movimento da história moderna da China. A primeira se inicia com a fundação do Partido Comunista, em 1921, e vai até Revolução, em 1949 (“*Rise of Chinese Communist Party*”). O segundo, de 1949 até 1979, a era Mao, representaria “*Rise of Chinese Politics*”.

⁷ Palestra “*As reformas econômicas da China*”, de Li Qingyun, membro do Gabinete de Conselheiros do Conselho de Estado da China e professor em finanças internacionais da Universidade de Pequim, organizada pelo Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), em 14 de maio de 2014, na FAAP, em São Paulo.

Em um número especial da Revista *Contemporary International Relations* do *China Institutes of Contemporary International Relations* (CICIR) sobre o significado do conjunto de iniciativas chinesas, lançado no início da presidência Xi Jinping, o presidente da Comissão de Assuntos Internacionais do Congresso Nacional, Fu Ying (2015, p. 1), fala em “*a turning point in the global order*” e cita o presidente Xi Jinping ao afirmar que a “*China needs to adopt big power diplomacy with Chinese characteristics*”. Ao final, a China deveria enxergar-se, de acordo com o autor, como “*game-changer of the existing world order*” (idem, p.5). Xuotong (2014) analisou o que ele considera uma nova doutrina da política externa chinesa introduzida em outubro 2013 pelo presidente Xi Jinping durante a conferência sobre Relações Internacionais do Partido Comunista Chinês (PCC). Até então prevalecia a doutrina KLP (*Keeping a Low Profile*) adotada por Deng Xiaoping em 1990. Nas palavras do autor (idem, p. 166):

Under the KLP guideline, China passively adapted itself to changes in the international environment. The SFA strategy indicates that China will take initiatives to shape its external environment in a favorable direction...[e] actively shape the external situation instead of adapting itself to the changes in external conditions.

Nesse sentido, as novas iniciativas, embora de caráter predominantemente econômico, teriam objetivos claramente geopolíticos.

A nova estratégia e o conjunto das iniciativas já tomadas são vistos por alguns países como uma oportunidade, ainda mais considerando a situação econômica e a necessidade de financiamento. De outro lado, há um histórico de desconfiança a respeito das pretensões geopolíticas chinesas que aumenta à medida que cresce o ativismo externo chinês, sobretudo por parte dos EUA e demais países do capitalismo avançado. Zhicheng (2015, p. 63) comentou a respeito: “*International anxiety, no doubt, was prompted because of the seemingly sudden movement away from past practice of China Keeping-a-Low-Profile*”. Afinal, de acordo com o autor, o que estaria ocorrendo é uma transição de uma “*defensive and responsive diplomay of a*

developing big country” para uma política de “*active, assertive world power*” (idem). Exemplo disse é a caracterização da estratégia *Made in China 2025* em um estudo do Meric, um dos mais renomados institutos de pesquisa sobre a China na Alemanha:

Chinese high-tech investments need to be interpreted as building blocks of an overarching political programme. It aims to systematically acquire cutting-edge technology and generate large-scale technology transfer. In the long term, China wants to obtain control over the most profitable segments of global supply chains and production networks. If successful, Made in China 2025 could accelerate the erosion of industrial countries’ current technological leadership across industrial sectors. (WÜBBEKE, MEISSNER, ZENGLEIN, IVES e CONRAD, 2016, p.8).

Mas a China não parece estar investindo em uma nova ordem mundial. A chave de entendimento da sua atuação gira em torno dos conceitos de soberania nacional e desenvolvimento. As necessidades de estabilidade e crescimento interno determinam os parâmetros da expansão. E a integração da China à estrutura econômica e política global, nos moldes propostas pelos EUA, que era em um primeiro momento funcional, se tornou uma limitação a seu projeto de crescimento. Desta forma, o conflito seria explicado mais pela necessidade da China de abrir um espaço para seu desenvolvimento nacional (WADE, 2003). Por isso, inclusive, seria ilusório apostar em um processo de convergência. Pelo seu tamanho e força industrial tecnológica, esta expansão necessária para manter o equilíbrio e o crescimento impactará diretamente as demais regiões, entre as quais a Europa, onde o conflito aparece como uma rivalidade entre diferentes formas de capitalismo (NOLKE, 2015).

Para a liderança chinesa, a abertura econômica – e, mais no geral, a adoção dos mecanismos do mercado – são instrumentos e não fins em si para alcançar e ultrapassar os concorrentes. A visão é de longo prazo e as políticas são implementadas de modo experimental. O objetivo está claro: legitimidade política, integridade do Estado unitário e crescimento da renda e da população. Existe uma grande estratégia nacional que inclui a luta por aquilo que é considerado reconquista de uma posição internacional

autônoma e respeitada (AGLIETTA e BAI, 2012). A expansão internacional serve para manter o dinamismo interno. Tanto sua projeção econômica, financeira, política, diplomática quanto militar.

Também Van der Pijl analisou o potencial conflitivo da ascensão chinesa a partir da dinâmica interna. O autor, que analisou a abertura de Deng como uma incorporação periférica na esfera lockiana, concluiu que a China não tem como manter sua estrutura política e, ao mesmo tempo, fundir-se à ordem global liberal. A manutenção do controle do partido significaria reforçar sua configuração como Estado contendedor. E a continuação do crescimento é condição *sine qua non* para que as classes estatais possam manter a coesão social necessária. Nas palavras do autor: “...*having nominally converted to capitalism but refusing to bow to Western global governance, are becoming contenders for primacy almost against their own preferences*” (PIJL, 2017, p. 3). A questão é saber de que forma a classe capitalista chinesa mantém sua unidade em torno das classes estatais para lutar contra o “*subsumption of state sovereignty to the sovereignty of capital*”. A experiência histórica mostraria que os Estados contendedores que conseguem subir a escada entram em contradição e conflito com o centro lockiano, sendo inevitável o surgimento de crises políticas internas com uma conseguinte incorporação subalterna e/ou confrontos político-militares com o próprio centro.

5. Rivalidade estatal e concorrência intercapitalista: recuperação do antigo debate

O liberalismo clássico tinha dado por certo que um mundo de múltiplas nações seria um mundo liberal e que um mundo liberal seria organizado pacificamente: onde há comércio não haveria guerra. Mas, na véspera da Grande Guerra, posteriormente conhecida como a I Guerra Mundial, ocorreu um acalorado e importante debate sobre os rumos do capitalismo a partir da noção do Marx sobre a lógica de concentração e centralização de capitais. Hobson (2018) havia caracterizado o imperialismo

como um desvio devido ao subconsumo das classes trabalhadoras e concentração de riqueza. Hilferding (1985) introduziu o conceito de capital financeiro: a tendência de formação de cartéis e trustes levaria também a uma fusão entre capital industrial e bancária. A concorrência monopolista seria projetada no mercado global onde os Estados atuaram em apoio e junto ao capital (capitalismo organizado). Foi Kautsky (1914) que argumentou que a guerra e o imperialismo poderiam ser contornados dentro da ordem capitalista mediante uma expansão do mercado mundial de forma pacífica. Centralização e concentração do capital poderiam levar a um “*ultra-imperialismo*”, que substituisse a luta entre os capitais financeiros nacionais pela exploração comum do mundo, por parte do capital financeiro internacional unificado. Ou seja, o ultraimperialismo seria a aliança entre os mais poderosos Estados industriais e uma possível federação destes, que eliminariam a corrida armamentista. Pode-se afirmar tratar-se de um conceito próximo à transnacionalização e à globalização neoliberal. Cabe lembrar, porém, que Kautsky analisava que os países avançados tenderiam inclusive a impedir industrialização das demais nações. A resposta mais contundente veio de Lenin, que, já em plena Guerra Mundial, via uma relação estreita entre Estado e capital, logo a predominância de uma concorrência interimperialista que leva à guerra, inclusive pela relação que ele analisava entre o capital financeiro e a indústria bélica. A aliança entre os países mais industrializados seria possível e aconteceria em casos particular (1988, p.13):

A evolução efetua-se, porém, em tais circunstâncias e a um ritmo tal, por meio de tais antagonismos, conflitos e convulsões ... que, antes de chegar-se à criação de um único truste mundial, antes da fusão superimperialista universal dos capitais financeiros nacionais, o imperialismo deverá inevitavelmente estourar e transformar-se em seu contrário.

Esse debate ganhou uma nova atualidade. O que era chamado de “capitalismo organizado” hoje é conhecido como “estabilidade sistêmica” e se refere à capacidade de gestão pacífica do capitalismo pelas grandes potências e corporações privadas, inclusive a capacidade de controlar crises

sistêmicas. No campo de intelectuais neomarxistas podemos identificar autores como Robinson (2017), que partiu da análise que a organização política e econômica do capitalismo global superou ou estaria superando as fronteiras nacionais. O estado estaria na defensiva e quem governaria o mundo seriam as corporações que têm interesse em instituições, regras e normas globais para garantir suas operações. Pelo exposto dificilmente este será o desfecho da rivalidade entre os EUA e China. Não há dúvidas que o aumento dos fluxos de IED e das finanças provocou um processo de concentração e centralização em escala global e uma comunidade de interesse em torno do que poderia ser chamado de classe dominante globalizada. O problema com essa abordagem é que ela subestima a dinâmica da rivalidade estatal e da esfera estratégica que não só não está subordinada à esfera econômica- financeira, como também tem a capacidade de se impor.

5. Considerações Finais

Desde a crise de 2008 e seus desdobramentos assistimos a uma busca por parte dos EUA para evitar a própria decadência e perda relativa de poder. E, de outro lado, houve a reafirmação de projetos de capitalismo nacionais. Alguns foram desestabilizados, como o caso do Brasil e África do Sul, mas outros resistem, como a Rússia. O nacionalismo econômico está de volta. E os EUA resolveram enfrentá-lo não com a força da transnacionalização e da ideologia da globalização liberal, mas com a lógica de rivalidades interestatais, recolocando, na medida do possível, seus capitais a serviço desta estratégia. Assim, a liderança do capitalismo globalizado se torna ela mesma a referência do novo nacionalismo econômico. De outro lado, o capitalismo de Estado chinês parece cada vez menos se enquadrar na lógica de uma sub-região do capitalismo transnacional, embora a presença de capitais internacionais ainda domine parte expressiva da sua estrutura produtivo-tecnológica. Há uma clara estratégia de sair da posição subordinada nas cadeias e estar à frente da

produção e apropriação de valor, em particular da renda schumpeteriana, com estratégias de inovação e controle tecnológico. Observa-se que a volta da competição interestatal com estreitamento da relação entre Estado e capital, em detrimento da tendência de transnacionalização, vem acompanhada de investimentos no setor bélico, cuja participação nos gastos públicos aumentou de forma significativa em quase todos os países industrializados, a começar pelos EUA, onde o orçamento militar aumentou cerca de 13%, de US\$ 634 bilhões, em 2018, para US\$ 716 bilhões, para 2019. Ou seja, o que está em jogo em muito mais que uma “guerra comercial”.

A ofensiva dos EUA sob a liderança de Trump lembra a política de Reagan, que enfrentou com êxito a primeira crise da hegemonia dos EUA, marcante na dinâmica do capitalismo internacional no final da década de 1970. Nesse processo, Fiori e Tavares (1998) enfatizaram a estratégia de enquadrar os aliados e frear o surgimento de concorrentes. Mas não é só a China contemporânea que difere do Japão da década de 1980. Também a Alemanha, e a Europa no geral, não necessariamente estão dispostas a se enquadradas em uma nova *grand strategy* americana.

Na tese da transnacionalização do capitalismo com a formação de uma classe dominante globalizada e cadeias globais de produção, a China era vista como fronteira de expansão do capitalismo americano. E o fortalecimento da sua capacidade produtivo-tecnológica, logo, sua capacidade de apropriação do valor gerado nas cadeias produtivas, ficaria condicionada às decisões de oligopólios transnacionais. A expansão do capitalismo chinês estaria estruturalmente subordinada aos interesses do capitalismo transnacional que, embora operasse em todos os cantos do mundo, sempre teve seu porto seguro nos EUA, base do dólar e da maior potência militar global. Essa tese perde força diante do mundo que surgiu na década de 2010.

Referências

AGLIETTA, Michel; BAI, Guo. *La voie chinoise: capitalisme et empire*. Paris: Odile Jacob, 2012.

ALTMAIER, Peter. *Nationale Industriestrategie 2030*. Bundesministerium für Wirtschaft und Energie. Berlin, 2019.

ARRGIHI, Giovanni. *Adam Smith in Beijing: Lineages of the Twenty-First Century*. New York: Verso, 2007.

BUSH, George H. W. State of the Union 1991. Washington, 29 de janeiro de 1991

CHANG, Ha-Joon. *Chutando a escada. A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

CINTRA, Marcos Antonio Macedo; PINTO, Eduardo. China em transformação: transição e estratégias de desenvolvimento. *Revista de Economia Política*, vol. 37, n° 2 (147), abril-junho/2017

EUROPEAN COMMISSION. Cybersecurity of 5G networks. Commission Recommendation. Strasburg, 26 de março de 2019.

FLASSBECK, Heiner. China's spectacular growth since the mid-1990: macroeconomic conditions and economic policy changes. *In: United Nations. China in a globalizing world*. New York/Geneva, 2005.

FSB – FINANCIAL STABILITY BOARD. *Global Shadow Banking Monitoring Report 2017*. Basel: Financial Stability Board, 5 March 2018.

GILPIN, Robert. *U.S. Power and the Multinational Corporation: The Political Economy of Foreign Direct Investment*. New York: Basic Books, 1976.

HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

IKENBERRY, G.J. The rise of China: Power, institutions and the Western order. *In: R.S. Ross and Z. Feng (eds.) China's Ascent: Power, Security, and the Future of International Politics*. Ithaca, NY and London: Cornell University Press, 2008.

JIECHI, Yang. Study and Implement General Secretary Xi Jinping's Thought on Diplomacy in a Deep-going Way and Keep Writing New Chapters of Major-Country Diplomacy with Distinctive Chinese Features. Beijing, julho, 2017. Disponível em: <http://www.xinhuanet.com//english/2017-07/19/c_136456009.htm>.

KAPLAN, Robert D. How we would fight China. *The Atlantic*. Junho, 2005.

KAUTSKY, Karl. Ultra-imperialismus. *Die Neue Zeit*. Setembro 1914.

KENT, Anne. *Beyond Compliance: China, International Organizations, and Global Security*. Stanford, CA: Stanford University Press, 2007.

KISSINGER, Henry. *On China*. London/New York: Penquin Books, 2011.

LENIN, Vladimir I. Prefácio. In: BUKHARIN, Nicolai. *A Economia Mundial e o Imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

LIANG, Wei. China: Globalization and the emergence of a new status quo power? *Asian Perspectives* 31 (4), 2007.

MARX, Karl. *O Capital*. Crítica da Economia Política. Livro Primeiro, Vol 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MCNALLY, Christopher A. Sino-capitalism: China's reemergence and the international political economy. *World Politics* 64 (4), 2012.

MEARSHEIMER, John .J. *The Tragedy of Great Power Politics*. New York: W. W. Norton, 2001.

NAUGHTON, Barry. *The Chinese Economy*. Transitions and Growth. Cambridge/London: MIT Press, 2007.

NOLKE, Andreas. Second Image Revisited: the domestic sources on China's Foreign Economic Policies. *Internatonal Politics*, 52: 657. Julho, 2015.

NYE, Jospeh S. Jr. *The Future of Power*. New York: PublicAffairs , 2011.

PANITCH, Leo; GINDIN, Sam. The Integration of China into Global Capitalism. *International critical thought*. 3:2. Junho, 2013.

_____ *The Making of Global Capitalism*. The Political Economy of American Empire. New York: Verso, 2013b.

PENG, Yuan. *China e sua inserção na ordem internacional em transformação*. Palestra no Instituto Rio Branco/FUNAG, 28 de maio de 2014. Disponível: <http://funag.gov.br/ipri/?view=default>

PILLSBURY, Michael. *The Hundred-Year Marathon: China's Secret Strategy to Replace America as the Global Superpower*. Paperback – March 15, 2016.

ROBINSON, William I. Debate on the New Global Capitalism: Transnational Capitalist Class, Transnational State Apparatuses, and Global Crisis *International Critical Thought*. Publicação on-line, 07 de junho de 2017.

STURGEON, Timothy; GEREFFI, Gary. Measuring success in the global economy: institutional trade, industrial upgrading and business function outsourcing in global value chains. *Transnational Corporations*. Vol. 18, nº 2, 2009.

TAVARES, Maria da Conceição. A retomada da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luis. *Poder e Dinheiro. Uma economia política da globalização*. Petropolis: Editora Vozes, 1997.

UNCTAD. *World Investment Report 2017*. Geneva: United Nations, 2017.
SERVAN-SCHREIBER, Jean-Jacques. *O Desafio Americano*. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1971.

VAN DER PIJL, Kees. *Can China's Rise Continue Without Conflict?* Paper apresentado no Instituto Confúcio na Universidade de Leiden, janeiro, 2017.

_____. *The Making of an Atlantic Ruling Class*. London: Verso Books, 2012.

_____. *Global Rivalries. From the Cold War to Iraq*. London: Pluto Press, 2006.

_____. *Transnational Classes and International Relations*. London: Routledge, 1998.

WADE, Robert. (2003) What strategies are viable for developing countries today? The World Trade Organisation and the shrinking of 'development space'. *Review of International Political Economy* 10 (4): 621–644.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 1999. Vol. 2 Brasília: UnB, 1999.

WÜBBEKE, Jost; MEISSNER, Mirjam; ZENGLIN, Max J.; IVES, Jaqueline; CONRAD, Björn. *Made in China 2025*. The making of a high-tech superpower and consequences for industrial countries. Mercator Institute for China Studies (Merics), dezembro 2016.

XUETONG, Yan. From keeping a low profile to striving for achievement. *The China Journal of International Politics*. Vol. 7, nº 2, 2014.

YING, Fu. 2014. A Turning Point in the Global Order. *Contemporary International Relations*. Vol. 25. Nº 2. March/April, 2015.

ZE, Shi. One Road&OneBelt. New thinking with regard do concepts and practice. Conferência, The International Schiller Institute, Frankfurt, 18 de outubro de 2014.

ZHICHENG, Wu. Strategic Planning for tis Neighboring Diplomacy. *Contemporary International Relations*. Vol. 25. Nº 2. March/April, 2015.